



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Sumidouro
Secretaria Municipal de Saúde
Rua Alfredo Chaves, nº. 92 – Centro – CEP: 28637-000
[Tel.: \(22\) 2060-3001](tel:(22)2060-3001) - Email: assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br
CNPJ: 13.828.365/0001-50

EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 058/2025 – SRP
Objeto: Aquisição de Saneantes Hospitalares

I – ADMISSIBILIDADE

O recurso interposto pela empresa **WELTEN COMERCIAL LTDA** é tempestivo e atende aos requisitos formais, razão pela qual é conhecido.

II – DO MÉRITO

A recorrente sustenta, em síntese, que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa **CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** não comprovaria experiência compatível com o objeto do Lote 01, por não mencionar expressamente “saneantes hospitalares” ou produtos químicos específicos.

Contudo, **não assiste razão à recorrente**, conforme se demonstra.

III – DA COMPATIBILIDADE DO ATESTADO COM O OBJETO LICITADO

O item **9.11 do edital** exige a comprovação de aptidão para o fornecimento de **produtos similares**, não havendo previsão de que o atestado deva conter **descrição idêntica, exaustiva ou literal** de cada item do lote.

O atestado apresentado pela empresa CLEAN MED registra o fornecimento de **medicamentos, materiais correlatos e produtos para saúde**, o que demonstra atuação no **segmento hospitalar**, envolvendo logística, armazenamento, distribuição e fornecimento de insumos sujeitos a controle sanitário, o que atende à finalidade da exigência editalícia.

A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que **não se exige identidade absoluta entre o objeto do atestado e o objeto licitado**, mas sim **similaridade e pertinência**, sob pena de restrição indevida à competitividade.

IV – DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

A interpretação defendida pela recorrente adota **formalismo excessivo**, incompatível com o entendimento consolidado dos órgãos de controle e com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O formalismo moderado impõe que a Administração avalie se o documento apresentado **cumpra a finalidade para a qual foi exigido**, e não se limita à análise meramente literal de expressões utilizadas.

No caso concreto, o atestado demonstra que a empresa possui **experiência comprovada no fornecimento de produtos destinados à área da saúde**, o que guarda pertinência técnica e operacional com o objeto licitado.

V – DO REGISTRO NA ANVISA E DA CAPACIDADE OPERACIONAL

Ressalte-se, ainda, que consta nos autos **Autorização de Funcionamento da ANVISA**, válida e ativa, que habilita a empresa CLEAN MED a **armazenar, distribuir, expedir e transportar saneantes domissanitários**, evidenciando sua aptidão técnica e regulatória para atuar no mercado de saneantes hospitalares.

Tal autorização não substitui o atestado, mas **reforça de forma objetiva a capacidade técnica e operacional da empresa**, afastando qualquer dúvida quanto à legalidade de sua atuação no objeto do certame.

VI – DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE NOTAS FISCAIS OU DETALHAMENTO EXTREMO

Corretamente consignado em sessão que **notas fiscais não constituem documento de habilitação**, sendo vedado à Administração exigir documentos não previstos no edital, conforme entendimento reiterado dos tribunais de contas.

Exigir que o atestado detalhe individualmente composição química, pH ou nomenclatura técnica específica dos produtos equivaleria a **criar requisito não previsto no instrumento convocatório**, em afronta ao princípio da vinculação ao edital.

VII – DO HISTÓRICO DE FORNECIMENTO (CARÁTER COMPLEMENTAR)

A menção a fornecimentos anteriores da empresa não foi utilizada como **substituição do atestado**, mas sim como **elemento complementar de convicção**, reforçando a inexistência de risco à Administração, sem qualquer violação à isonomia ou à legalidade, conforme consignado em ata de sessão.

VIII – DA INAPLICABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA INVOCADA PELA RECORRENTE

Os acórdãos citados pela recorrente tratam de hipóteses em que **não havia qualquer demonstração de similaridade**, o que não se verifica no presente caso.

Aqui, há:

- atestado de fornecimento no **segmento hospitalar**;
- autorização sanitária específica para saneantes;
- inexistência de vedação editalícia quanto à forma de descrição do objeto no atestado.

Portanto, **não há presunção indevida**, mas sim **interpretação razoável e finalística**, em consonância com o edital e a Lei nº 14.133/2021.

IX – CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que:

- ✓ o atestado apresentado atende à exigência de fornecimento de produtos similares;
- ✓ a empresa possui autorização sanitária válida para saneantes;
- ✓ não houve violação ao edital, à isonomia ou ao julgamento objetivo;
- ✓ a interpretação adotada observa o princípio do formalismo moderado.

DECISÃO

Nego provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa WELTEN COMERCIAL LTDA, mantendo-se a habilitação da empresa **CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** no Lote 01 do Pregão Eletrônico nº 058/2025, por atender integralmente às exigências editalícias.

Sumidouro, 13 de janeiro de 2026.

Fabiola da Silva Wernech
Secretária Municipal de Saúde